



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeita

LEI MUNICIPAL Nº 349/2000

**ORCA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO
DE SAGRADA FAMÍLIA PARA O EXERCÍCIO DE 2001,
E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

JOSÉ ALDORI DE LIMA, Prefeito Municipal de Sagrada Família – RS, FAÇO SABER, no uso das atribuições que me são conferidas pelo artigo 27, item I e III da Lei Orgânica Municipal, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art 1º - É orçada a Receita do Município de Sagrada Família para o exercício de 2001 em R\$ 2.460.000,00 (dois milhões e quatrocentos e sessenta mil reais) que será arrecadada em conformidade com a Legislação vigente obedecendo a seguinte classificação:

I - RECEITAS CORRENTES

Receita	Valor em R\$
Receita Tributaria	147.000,00
Receita Patrimonial	12.500,00
Receita Industrial	45.000,00
Transferencias Correntes	2.002.000,00
Outras Receitas Correntes	228.500,00
SUBTOTAL	2.435.000,00

II - RECEITAS DE CAPITAL

Receita	Valor em R\$
Alienação de Bens	25.000,00
SUBTOTAL	25.000,00

TOTAL DA RECEITA → → → → → → → → → → → → **R\$ 2.460.000,00**



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeitura

Art. 2º - É fixada a despesa no município de Sagrada Família para o exercício de 2001, em R\$ 2.460.000,00 (dois milhões e quatrocentos e sessenta mil reais), e será realizada de acordo com as especificações dos quadros anexos, os quais ficam fazendo parte integrante desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

I – DESPESAS CORRENTES

Despesa	Valor em R\$
Despesas de Custeio	1.809.800,00
Transferência Correntes	267.500,00
SUBTOTAL	2.077.300,00

II – DESPESAS DE CAPITAL

Despesa	Valor em R\$
Investimentos	300.200,00
Transferências de Capital	82.500,00
SUBTOTAL	382.700,00

TOTAL DA DESPESA → → → → → → → → → → R\$ 2.460.000,00

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nas dotações orçamentárias até o limite de 7% (sete por cento) sobre o valor orçado.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a caucionar parcelas que mensalmente lhe couber no Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS), com a conseqüente retenção por parte das instituições financeiras, dos valores referentes a dívida fundada.



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA

Gabinete da Prefeitura

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA
FAMÍLIA – RS, em 26 de Dezembro de 2000.**

JOSÉ ALDORI DE LIMA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

VILMAR MARTINELLI
Sec. Mun. de Administração